



# CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DOSUL

Gabinete da Presidência

## LEI ORDINÁRIA Nº 1.838/2020, DE 29/04/2020

**"Dispõe sobre a transparência nos contratos emergenciais firmados pelo Município de Coxim (MS), em virtude da situação de calamidade decorrente da pandemia causada pelo Coronavírus - COVID-19 e dá outras providência".**

A **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Coxim**, Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento no inciso I, do Art. 50 c/c Art. 48, IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Colendo Plenário aprovou e a Mesa promulga a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Todas as aquisições e contratos firmados pela Administração Pública Municipal, em caráter emergencial, para conter o avanço do Coronavírus - COVID-19, inclusive suas fundações e autarquias, deverão ser publicados com destaque, no sítio eletrônico da transparência, em link exclusivo para este fim no ícone destinado a informações sobre o Coronavírus.

**Art. 2º.** A publicação a que se refere o artigo anterior deverá obedecer no que couber os ditames da Lei 12.527/2011 (Lei da Transparência) e a referência "Contratos Emergenciais Covid-19" com as seguintes informações:

- I - Órgão Contratante;
- II - Número do Processo de Contratação ou de Aquisição;
- III - Número e Ano do instrumento contratual;
- IV - Nome do Contratado;
- V - CPF ou CNPJ do Contratado;
- VI - Objeto;
- VII - Valor;
- VIII - Justificativa do contrato emergencial;
- IV - Data de Assinatura;
- X - Prazo de Vigência do contrato.

**Parágrafo Único** – Em se tratando de bens, serviços e equipamentos recebidos ou doados por outras esferas do poder público ou por particulares a publicação deverá indicar o valor, quantidade, a data do recebimento e a destinação.

**Art. 3º.** O disposto nesta lei aplica-se a todos os contratos e aquisições firmados pelo poder público em caráter emergencial, decorrente do período de calamidade causado pela Pandemia do coronavírus, inclusive os já celebrados e os que venham ser celebrados e seus aditivos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM**  
ESTADO DE MATO GROSSO DOSUL

**Gabinete da Presidência**

---

**Art. 4º.** Assim que disponíveis, os contratos assinados e a prestação de contas correspondente, juntamente com as notas fiscais devidamente digitalizadas deverão ser anexadas a publicação.

**Art. 5º.** As publicações a que se refere esta Lei não exclui, nem se justifica pelas já publicadas no Diário Oficial ou no Portal da Transparência.

**Art. 6º.** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 29 de abril de 2020.

**Ver. Vladimir Ferreira**  
**Presidente/CMC**

